

**DIREITOS HUMANOS E O MOVIMENTO
DE MULHERES NO BRASIL¹**

**Em torno do tema: A conexão entre biografia de mulheres
e pesquisas sobre temas de extrema violência e morte**

Pensar as implicações mais profundas de algumas escolhas acadêmicas ou temas de pesquisa faz parte da própria tradição de auto-reflexividade do pensamento sociológico. Uma das importantes contribuições da psicanálise para as ciências humanas reside justamente

¹ Publicado na Coleção Primeira Versão, n. 96, IFCH-UNICAMP, setembro/2001, p. 17-36.

na compreensão das dimensões subjetivas de nossas atividades intelectuais e das dimensões inconscientes da atividade humana. O próprio impulso de pesquisar constitui um dos mecanismos da sublimação² de que fala Freud. Logo, a conexão entre biografia e pesquisa adquire um caráter mais geral, aplicável em maior ou menor escala às pesquisas no campo das ciências humanas.

Na presente sessão do Congresso de Ciências Sociais e Humanas de 2001, da Université de Laval, do Canadá, o que está em questão é a escolha de temas que envolvam situações de extrema violência. O desafio maior do tema proposto é exatamente a particularidade deste tipo de escolha. Por que algumas pessoas pesquisam temas e situações envolvendo crueldade, violência, morte e dor? Existem aqueles que falam a partir da tortura física e psicológica a que foram submetidos. Outros relatos concernem às pessoas ligadas afetivamente ou por laços de sangue às vítimas da violência. A importância da preservação da memória de massacres étnicos é também o ponto de partida de muitas pesquisas. A leitura dos resumos dos trabalhos que serão apresentados no presente Congresso mostra essa diversidade de motivações. Os relatos podem variar mas existe a concepção comum de que é preciso superar uma determinada experiência traumática e que a melhor maneira de se livrar da presença da dor é conseguir transformá-la em ação contra as causas da violência.

Assim, seja para transcender uma experiência pessoal muito dolorosa, para expiar culpas ou ainda, para registrar a versão dos vencidos na história, dedicar-se a um objeto que trata da violência

² Sigmund Freud conceituou o termo em 1905 para dar conta de um tipo particular de atividade humana (como a criação artística, literária e intelectual) sem relação aparente com a sexualidade mas que extrai sua força de um deslocamento da pulsão libidinal para um alvo não sexual mas que corresponde a uma atividade socialmente valorizada (LAPLANCHE. p. 638).

e/ou de suas consequências implica em um ato de reparação. É uma maneira de fazer justiça, mesmo que a posteriori.

Pertenço à geração de mulheres para as quais os livros de Simone de Beauvoir, especialmente o *Segundo Sexo* e *Memórias de uma moça bem comportada* tiveram uma importância decisiva: ajudaram a nomear um mal estar difuso e a entender a situação da mulher como produto da história e da sociedade.³ Nesse sentido, minha experiência pessoal constitui um caso similar ao de outras mulheres que descobriram o feminismo em meados dos anos setenta.

Por outro lado, também faço parte da geração de intelectuais latino-americanos cuja vida foi afetada pela violência das ditaduras militares que oprimiram nossos países nas décadas de 1960, 1970 até meados de 1980. Hoje, uma das grandes questões que unificam a América Latina reside no enfrentamento da grande questão das terríveis violações aos direitos humanos, brutal em todos os países mas especialmente tenebroso no caso da Argentina. As “locas” eram as mães, hoje, avós da juventude argentina dizimada nos anos setenta e oitenta. Também no Chile e no Uruguai as perdas ainda estão sendo contabilizadas. No Brasil, as proporções foram menores mas também muito cruéis: mais de 10 mil pessoas presas arbitrariamente e torturadas e mais de 300 mortos e/ou desaparecidos políticos.

Como outros jovens de minha geração participei do movimento estudantil e militei na esquerda tornada clandestina pelo golpe militar de 1964. Quando a repressão político-militar nos atingiu diretamente, com o assassinato de meu marido, em 1970, fiz a rota do exílio semelhante a outros latino-americanos, vivendo em

³ No Brasil, integro a geração de cientistas sociais que realizou a transição entre temas e questões dos movimentos sociais e a institucionalização da “questão da mulher” que se transformou aos poucos em “estudos de gênero”. Nesse sentido, a conexão entre biografia e objeto de pesquisa é uma constante em minha vida profissional (a tese de doutoramento em ciência política, defendida na USP em 1982 e tem o sugestivo nome de “Família e Feminismo” e a tese de livre-docência (defendida na UNICAMP em 1997) atende pelo nome de “Vinte Anos de Feminismo”).

Cuba, no Chile e na França. Retornando ao Brasil, em 1975, militei como feminista e socialista vindo, posteriormente, a transformar minha militância em objeto de pesquisa.

A partir de 1969, as denúncias sobre as violações dos direitos humanos mais elementares tornou o Brasil internacionalmente conhecido como o campeão das torturas a presos políticos. O tratamento perverso infringido aos oponentes políticos já tinha uma longa tradição na história do Brasil, especialmente no período da ditadura Vargas (1930/45).

A morte sob tortura de meu marido e pai de minha filha, em 1970, transformou a questão do esclarecimento das circunstâncias de sua morte e da responsabilidade do Estado numa tarefa que levou cerca de 30 anos e que ainda não terminou. Em 1995, o governo federal aceitou formar uma comissão para examinar as denúncias e reconhecer a responsabilidade do Estado Brasileiro para com os mortos e desaparecidos políticos (Lei 9.140 de 1995). No entanto, todo o ônus das provas ficou por conta dos familiares pois o Estado não se empenhou em abrir o os arquivos dos órgãos repressivos.

A preparação do dossiês obrigou aos envolvidos no processo a constituição das provas. Nesse processo, houve que consultar os arquivos do Instituto Médico Legal; as referências contidas nos processos julgados pela Justiça Militar e buscar as testemunhas de fatos ocorridos há cerca de trinta anos. O trabalho da Comissão foi o de analisar os dossiês em que se apresentava o caso e as comprovações. Pode-se bem imaginar as dificuldades da apresentação de provas de atos que foram cometidos na clandestinidade pelas órgão repressivos, especialmente no caso das famílias de mais baixa renda e de menores recursos. Apesar das dificuldades, pouco a pouco estamos refazendo histórias que se passaram há cerca de trinta anos; não somente para fazer justiça à memória das vítimas da repressão política mas para evidenciar a atualidade e urgência da questão dos direitos humanos no Brasil.

A dimensão mais positiva dos meus sofrimentos pessoais foi ter conseguido superar o ódio e o desejo pessoal de vingança transformando-os em um sentimento de solidariedade para com os que são vítimas da violência. O meu objeto de pesquisa acadêmica constitui uma das dimensões de minha atuação no vasto campo dos “direitos humanos”. Porque a questão formulada como “direitos humanos” diz respeito ao reconhecimento dos direitos do Outro. Os direitos humanos são uma conquista histórica e um projeto de um grande pacto moral entre as diversas comunidades humanas.

Nós, os descendentes de europeus que colonizaram as América, somos herdeiros de uma história de violências cometidas contra os mais fracos e desprotegidos. Os colonizadores europeus – que, em 1500, aportaram no território que hoje é o Brasil – encontraram povos indígenas que foram dizimados no decorrer dos séculos. Outros povos e culturas das Américas sofreram a violência do brancos colonizadores e desbravadores. Pode-se dizer que a América começa com uma sucessão de genocídios e holocaustos: milhões de africanos são reduzidos à condição de escravidão e vendidos como a força-de-trabalho que alimentará a riqueza do grandes comerciantes de então. Com a proibição da exportação de escravos africanos por parte da Inglaterra o tráfico negreiro criou grandes fortunas.⁴ Esse e outros assassinatos em massa constituem a herança deixada pelos colonizadores nas Américas. Reconhecer as atrocidades cometidas é uma das formas de reparar um passado do qual nem sempre podemos nos orgulhar.

⁴ Como acontece, hoje, com o chamado tráfico de drogas, sempre que encontravam uma patrulha inglesa os navios negreiros jogavam sua carga ao mar, para se livrar das prova do delito.

Em torno do objeto de pesquisa: Preservar a memória, atualizar os projetos

“Nada do que aconteceu pode ser considerado perdido para a história”, afirma Walter Benjamin. Cumprir recuperar os fatos e feitos daqueles que são os vencidos da história não somente para impedir que sejam silenciados para sempre mas, principalmente, porque é necessário atender a suas reivindicações e preencher uma esperança que não foi cumprida.

A pesquisa *Documentos e memórias da repressão militar e da resistência política: Brasil – 1964/1985*⁵ procurou resgatar a memória das mulheres e homens que foram assassinados pela ditadura militar brasileira, como forma de manter vivas as esperanças pelas quais muitos de minha geração foram mortos. O projeto visa sistematizar, recuperar e preservar dados da memória histórica concernentes às violências cometidas pelo regime militar brasileiro contra oponentes políticos.⁶ Essa documentação encontra-se depositada no Arquivo Edgar Leuenroth da UNICAMP e tem sido fundamental para a constituição dos dossiês relativos aos mortos e desaparecidos políticos.

A importância da reconstituição dos fatos – decisiva no caso dos mortos e desaparecidos políticos – não diz respeito apenas à recuperação da memória. Na verdade, o reconhecimento das

⁵ O projeto foi apoiado pelo CNPq a quem, mais uma vez, agradeço com empenho.

⁶ Apesar dos muitos trabalhos recém publicados sobre o tema e dos resultados da própria Comissão Especial (Lei 9.140 de 1995), designada pela Presidência da República, as informações estão dispersas e precisam ser unificadas. A principal fonte de informações é o Projeto “Brasil: Nunca Mais” (6 tomos e 12 volumes, Arquidiocese de São Paulo, 1985); com cópia dos inúmeros processos que correram na Justiça e onde a denúncia de tortura e maus tratos foi oficialmente feita, com nomes e circunstâncias;

b) Outra fonte importante são os dados do Comitê Anistia Internacional e Comitê Brasileiro pela Anistia .

atrocidades do passado comprova a continuidade de uma situação de violência e arbítrio por parte dos detentores do poder e a truculência das polícias militares, como tem sido largamente denunciado pelas instituições de defesa dos direitos humanos⁷. As repetidas matanças de indígenas, o mau trato dos presos comuns e o massacre do Carandiru, a violência contra os trabalhadores rurais e os “sem-terra”, a brutalidade com que crianças e adolescentes são tratados pela FEBEM são alguns dos exemplos mais citados pela mídia.

Outra dimensão importante da pesquisa foi sua relação com a Comissão de Justiça e Paz de S.Paulo e com a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. Recentemente, pela Lei 10.726 de 2001, o Governo Estadual de São Paulo ampliou os direitos de reparação às vítimas de torturas, sequestros e outras formas de violência perpetradas sob a responsabilidade do governo estadual. As previsões acerca dos atingidos varia entre 1.500 a 10 mil oponentes políticos no período 1964-79. Entre as vítimas crianças e mulheres grávidas. Infelizmente, os fatos que serão levados ao conhecimento público e que foram apurados pelos organismos de defesa dos direitos humanos não pertencem a um passado já superado.

At last but not least temos a dimensão pouco comentada – a mais sigilosa e mais escondida – das relações entre grupos empresariais e a repressão para-militar. Muitos empresários participaram da mobilização política que antecedeu o golpe militar, apavorados com as reformas estruturais que o presidente eleito João Goulart dispunha-se a implementar. A grande imprensa esteve ao lado dos golpistas de 1964, assim como uma facção da Igreja Católica. Com o progressivo “endurecimento” do regime militar, um ativo grupo de empresários passou a apoiar as práticas semi-clandestinas de extermínio dos oponentes políticos, financiando e dando

⁷ O mais contundente documentação a respeito dos direitos humanos no Brasil no ano 2000 encontra-se no relatório do Centro de Justiça Global em parceria com Global Exchange.

apoio logístico aos militares e policiais envolvidos na famigerada Operação-Bandeirantes, em São Paulo.

Não é por mera coincidência que, hoje, alguns dos grandes grupos econômicos que operam no país mantêm os mesmos laços de cumplicidade e proximidade com a “segurança privada” fornecida pelas máfias que controlam o comércio de drogas. Faz parte da tradição oligárquica no Brasil o uso de matadores profissionais cuja principal tarefa é aterrorizar e garantir o poder dos senhores locais. Os “jagunços” nordestinos remontam à época colonial. Hoje a omissão do Estado na questão da defesa do cidadão estimula o desenvolvimento da indústria da segurança privada e a transformação da cidade em redutos com muros altos, grades e guardas particulares. É a arquitetura do medo. Nas regiões pobres os moradores ficam à mercê da “lei” dos traficantes que dominam a maior parte das favelas no Rio de Janeiro e em São Paulo.⁸ A violência e a impunidade dos “justiceiros” de hoje é muito parecida com a truculência e a impunidade dos torturadores e algozes da oposição política na época da ditadura militar. São demonstrações inequívocas do esgarçamento do tecido social e da violência que precisam ser superados para o estabelecimento de uma verdadeira cidadania democrática.

A “nova esquerda” e a revolução dos jovens dos anos sessenta

A grande onda revolucionária dos anos sessenta congregou duas aspirações juvenis: a libertação pessoal da opressão familiar e a transformação da realidade social. A dimensão romântica dos jovens

⁸ O caso do hipermercado *Carrefour* em Jacarepaguá, Rio de Janeiro, em dezembro de 2000, comprovou as consequências desumanas e absurdas da “justiça” dos traficantes que condenaram à morte através de tortura a duas mulheres pegas roubando 8 frascos de protetor solar.

e a dimensão utópica de seus projetos já foi apontada em muitos trabalhos e reflexões sobre o tema. O ponto em comum das revoltas juvenis é a urgência e a radicalidade de seus propósitos. Nesse sentido, a influência de Ernesto “Che” Guevara foi e continua sendo fortíssima, pois, como todo herói, morreu por um ideal generoso e, mais do que isso, com um apelo à dimensão afetiva da política porque *hay que endurecerse sin perder la ternura*. O rompimento com o comunismo oficial, a renovação teórica e a busca de novas e mais eficientes formas de atuação política consituem um legado comum da “Nova Esquerda” que se desenvolveu nos anos sessenta. Flacks et alii (1989), no *Beyond the Barricades*, sintetizam bem as principais características de seus participantes:

New Leftists envisioned a permanent fusion of the everyday and history. Because they were committed to activism, because they believed that their own self-fulfillment depended on implementing their social responsibility, they shared a strong sense that their own lives ought to somehow implement that fusion, that, as they came to put it, the personal is political and vice versa. In the heat of sixties action, and, under the illusion of impending revolution, few gave serious thought, while they were students, to how such fusion might practically be accomplished for the long pull over the life course. (FLACKS et alii, 1989, p. 10)⁹

Como não lembrar que, nos anos 1960, o exemplo da resistência do Vietnã à invasão americana, bem a derrocada do ditador Fulgêncio Batista, em Cuba, serviram de bandeira de luta para os jovens de várias partes do mundo ocidental? As revoltas

⁹ Tradução minha: “O militantes da Nova Esquerda imaginavam uma permanente fusão do dia a dia com a história. Porque estavam comprometidos com o ativismo e porque acreditavam que sua realização pessoal dependia do preenchimento de sua responsabilidade social, eles compartilhavam do sentimento que suas próprias vidas deveriam implementar de alguma maneira essa fusão, pois, como foi colocado, o pessoal é político e vice versa. No calor da ação dos anos sessenta e, sob a ilusão de uma revolução iminente, poucos se preocuparam, enquanto foram estudantes, em como tal fusão poderia acontecer ao longo do curso da vida”.

estudantis, nos Estados Unidos, na França, na Alemanha e outros países democráticos colocavam na ordem do dia o duplo desejo revolucionário: sexual e social. Romper com o moralismo e a hipocrisia e, ao mesmo tempo, revolucionar o mundo. A famosa prédica de Marx a respeito da necessidade da *práxis*, da transformação da sociedade na prática e não somente em teoria traduz bem o estado de espírito de muitos da geração dos anos sessenta.

Na América do Sul, a repercussão das manifestações estudantis assumiu a dimensão de uma luta política contra as ditaduras militares, repressivas e moralizadoras. Os *tupamaros*, no Uruguai e os *montoneros* na Argentina atraíam jovens intelectuais, vanguardas sindicais e velhos militantes políticos. No Brasil, os estudantes universitários e secundaristas aderiram às teses da luta armada como meio de derrubar a ditadura militar, desiludidos com aquilo que lhe parecia ser o imobilismo da esquerda tradicional.

As ditaduras militares

A tortura é o método de interrogatório usual das ditaduras e o fato de ser exercida por psicopatas sádicos não lhe tira o caráter de instrumento para um determinado fim. Ao contrário: sempre se entrega a tarefa a um especialista com as melhores qualificações (...). O sadismo perverso não é visto como doença que inabilite um sargento, um oficial ou um policial para torturar. Ao contrário, é o credencial para torná-lo apto a torturar. É uma condição básica – *sine qua non* –, tal qual a um classificador de perfumes se exige olfato apurado (TAVARES, 1999, p. 265).

O Brasil, a Argentina, o Uruguai e outros países da América Latina foram vítimas de ditaduras militares sanguinárias nos anos 1960 e 1970. É difícil uma avaliação exata do número de pessoas atingidas no período das ditaduras militares dado que a repressão político-militar

desenvolveu o método de desaparecer com os corpos. Em termos quantitativos, a ditadura argentina superou os recordes, com cerca de 30 mil casos de mortos e desaparecidos. O terrorismo imposto pela direita militar argentina e seus inúmeros e inescrupulosos aliados foi particularmente cruel com as mulheres e crianças. São mais de quinhentas crianças “desaparecidas”, sequestradas pelos torturadores e entregues a famílias desejosas de adotar crianças, especialmente entre os próprios militares. Quem caminha hoje na capital da Argentina, Buenos Ayes lerá o “*Ni olvido, ni perdón*” gravados nos muros. Sempre impressiona a visão da *Plaza de Mayo*, onde as mães e familiares dos mortos e desaparecidos criaram um dos mas longos, tenazes e importantes movimentos de denúncia das atrocidades cometidas, ao caminharem em torno da praça exibindo cartazes com os nomes e as circunstâncias do desaparecimento de seus filhos e filhas.

Os anos de chumbo

Daí em diante, o Brasil mudou. O medo se incorporou ao cotidiano. A delação e o colaboracionismo fizeram do dedo-duro um dos suportes do regime. Começava-se a falar baixinho ou a nada dizer e a tudo calar. O bom patriota era o brasileiro com medo, domesticado pelos tambores militares (TAVARES, 1999, p. 265).

No seu pungente relato *Memórias do esquecimento*, Flavio Tavares acentua a dimensão “pedagógica” da truculência militar: o medo e a intimidação visavam não somente aniquilar os oponentes que tinham passado para a resistência armada como, mais além, calar a sociedade em seu conjunto. Ao transformar o combate à “subversão interna” como a principal tarefa das Forças Armadas de um país os militares utilizaram largamente da propaganda intimidava; da “demonização” dos oponentes; da repressão e violências extremas. Essa descrição

cabe às inúmeras ditaduras e regimes militares que assolam a América Ibérica e, muito especialmente, às sinistras ditaduras da Argentina, do Chile, do Uruguai e do Brasil, todas elas unidas pelos elos da “Operação Condor”, que unificava a repressão política no Cone Sul, especialmente nos anos setenta e início dos anos oitenta. As vítimas da repressão militar foram brutalizadas, torturadas e assassinadas. E, como se não fosse suficiente a destruição dos corpos físicos, seguiu-se a tentativa de ocultamento das mortes e de desaparecimento dos corpos. A tentativa de “matar a morte” fazendo desaparecer o principal indício do crime: o corpo da vítima.

O feminismo brasileiro e a conquista da democracia engendrando a democracia

When the left turned toward organizing ‘mass base for the revolution’ in Brazil’s urban periphery in the mid-1970, many former guerrilheiras and student activists direct their efforts at the women of the popular class. Early feminists saw themselves as the vanguard of what was to be a united, cross-class mass-based Brazilian women’s movement (ALVAREZ, 1997, p. 96).

Um das dimensões mais importante do feminismo no Brasil foi ter contribuído para a construção de uma nova experiência de cidadania, forjada na prática da reivindicação na arena pública. Sem jamais abdicar de suas “questões específicas” – aborto, direitos da maternidade, igualdade salarial, etc. – o movimento de mulheres foi o primeiro a levantar a bandeira da anistia política, atuando em conjunção com as demais forças e movimentos que compunham a oposição à ditadura militar brasileira. Mais do que isso, foi uma das forças que inovaram o campo das lutas sociais e renovaram as práticas políticas.

O reconhecimento da importância do feminismo brasileiro, levou a pesquisadora norte-americana Alvarez (1990) a cunhar

a expressão *engendering* a democracia no Brasil, para acentuar a dimensão *gender* no processo de redemocratização do país. Como outros estudiosos do tema, (como MORAES; GOLDBERG) ela observa o impacto que o feminismo e outros movimentos sociais exercem no país, criando outras esferas de atuação na sociedade civil e novas formas de “fazer política” através de redes de solidariedade e intercâmbio. Em estudo mais recente, Alvarez (1997) ressalta os benefícios da interpenetração entre feminismo e movimentos populares dizendo que “the manifold implications of the feminists with popular women’s organization significantly re/ shaped the discourses and practices of both movements”¹⁰.

O movimento feminista desde seu início aparece comprometido com a luta pelas “liberdades democráticas” e inicia, em 1975, a campanha nacional pela anistia. Durante a Década da Mulher, nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, as feministas conseguiram organizar-se em torno de seus problemas específicos, pondo em contato mulheres de diferentes setores sociais. Dadas as profundas diferenças culturais e sociais dentro da sociedade brasileira, a qualidade e o alcance do movimento de mulheres variou enormemente, sendo que seu desenvolvimento mais forte concentrou-se nos principais centros urbanos.

As restrições impostas pela ditadura militar ao direito de organização política e sindical forçaram a oposição a limitar seus objetivos a questões locais, como os movimentos contra o custo de vida, os clubes de mães e associações de vizinhos, movimentos por creches e postos de saúde. O contato direto entre militantes políticos e movimentos populares e sua interpenetração transformaram radicalmente a prática política no país. Ademais de estimularem a criação das futuras “organizações não-governamentais” que têm,

¹⁰ Tradução minha: “as principais implicações das feministas com as organizações populares de mulheres modificaram significativamente os discursos e as práticas de ambos movimentos”.

atualmente, uma presença muito forte na arena política brasileira, uma parcela importante da oposição criou um novo partido político, o Partido dos Trabalhadores. Fundado oficialmente em 1980, adotou um avançado programa feminista.

O processo de redemocratização fortaleceu os grupos anti-vistas dos direitos sociais e políticos e promoveu algumas vitórias sensíveis com respeito aos direitos da mulher. Campanhas nacionais denunciando a morte de mulheres por crimes “de honra”; a denúncia do sexismo nos livros escolares e as campanhas contra o assédio sexual são algumas das conquistas que marcaram o final da Década da Mulher. Por ocasião das primeiras eleições livres, em 1982, a oposição ganhou o governo do Estado de São Paulo e, pela primeira vez, foi criado o Conselho da Condição Feminina que teve importante atuação na luta pelos direitos da mulher. Esses são alguns dos fatos que ajudam a contextualizar a importância do movimento de mulheres na reconquista da democracia e a especificidade de sua participação que gerou novas formas de militância.

A participação das mulheres na Resistência à Ditadura e a “questão de gênero”

De modo geral, os homens-prisioneiros se despiam fácil, mas as mulheres se negavam e resistiam. Primeiro argumentavam. Com paciência ou com ira, perguntavam se o torturador faria isso com a mulher, a mãe, a irmã ou a filha. Depois, empurravam o sargento que lhe ia arrancar a blusa ou a saia. Outras vezes, mentiam e se diziam menstruadas, sem saber que provocavam, assim, um sadismo abominável e abjeto: dois ou três se atiravam sobre a prisioneira e, subjugada, ela era apalpada e cheirada nos órgãos sexuais, enquanto lhe arrancavam a roupa. E, logo, “bolinada” por aquelas mãos habituadas ao sangue, que tocavam a pele e o sexo não como carícia nem para amar, mas para destruir ou marcar a ferro, como uma rês. E, como ela já estava no chão, deitada e

inerme, abriam-lhe as pernas e – para começar e não como requinte final, como era a norma – metiam-lhe o cabo elétrico diretamente na vagina. Nesses casos, o major M.F. costuma gritar para o sargento: “Calma, calma. Não coma a sobremesa antes do feijão.” E aquele pequeno e poderoso estado-maior da tortura, ali reunido em torno da presa, ria e ria muito, uma gargalhada galhofeira, festejando o triunfo (TAVARES, 1999, p. 267).

Em abril de 1996 realizou-se na Unicamp um seminário nacional sobre o tema “A Revolução Possível. Uma homenagem às vítimas da ditadura militar”, no qual, pela primeira vez se abria espaço para a *discussão da mulher como protagonista na resistência à ditadura militar e como vítima de uma violência específica*. Fato que se aliou ao insólito de ter a universidade, também pela primeira vez, aberto as portas para um evento com esse conteúdo político, cujo pressuposto fundamental foi *o repúdio total e absoluto a toda e qualquer forma de tortura*.

Dizer *não ao esquecimento* não significou restringir a violência policial à ditadura militar mas chamar a atenção para uma violência impregnada tanto no Estado como na sociedade brasileira. Lembrar o passado foi uma forma de pensar o presente. O evento procurou todo o tempo ressaltar a *atualidade* do que estava sendo dito, sobretudo diante de uma plateia atenta e em sua maioria jovem, ou seja, que não viveu, nem assistiu aos acontecimentos relatados.

Na primeira discussão pública realizada sobre as violências a que foram submetidas as mulheres no período da ditadura militar, foram registrados os depoimentos e as reflexões de quatro ex-militantes na resistência à ditadura militar. A primeira manifestação foi de Criméia de Almeida, da Comissão dos Mortos e Desaparecidos, uma sobrevivente da chamada “Guerrilha do Araguaia”, foi militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Falando inicialmente da passagem da luta política à clandestinidade e da opção pela luta armada, ressaltou o processo instaurado pelos atos institucionais criados pela ditadura militar, através do qual um cidadão comum, que havia feito uma opção política, tornava-se um criminoso. Seu discurso, em seguida, concentrou-se no lugar ocupado pela mulher

nas organizações de esquerda, enfatizando sua discriminação. Atribui sua posterior entrada no movimento feminista às experiências vividas, naquele momento, como mulher.

Criméia de Almeida foi presa grávida. Mostrou em seu depoimento o paradoxo de que, de um lado, a esquerda exigia da mulher “um comportamento masculino”, o que criava inevitáveis conflitos com o que era especificamente feminino, a gravidez. Do outro lado, a repressão utilizou a gravidez como mais um instrumento para torturar a mulher. Criméia chamou a atenção, ainda, para o significado do fato de que, se a participação feminina foi menor do que a masculina, segundo os dados apresentados no dia anterior por Marcelo Ridenti, a importância da participação feminina aumenta inequivocamente no resgate à memória, na denúncia e na defesa dos presos políticos, em todos os países onde houve repressão política, sendo o caso das Mães da Praça de Maio, na Argentina, um dos exemplos desta perseverança, o de mais ampla repercussão internacional.

Rose Nogueira, ex-militante da ALN (Ação Libertadora Nacional) foi presa quando seu filho tinha pouco mais de um mês. Seu depoimento foi eloquente no que se refere ao uso que a repressão fez do corpo feminino e da maternidade na tortura, deixando marcas físicas e psicológicas, que nunca se apagaram. Jornalista desde os 17 anos, Rose acentuou a importância de lembrar que os torturadores daquela época não eram agentes “excepcionais”, mas funcionários que pertenciam às Forças Armadas. Muitos mantiveram seus cargos e foram, inclusive, promovidos, sendo o Major Brillante Ustra, posteriormente adido militar do Brasil no Uruguai – citado em todos os depoimentos, inclusive em dia anterior pela atriz e ex-deputada Bete Mendes – um dos casos exemplares dessa impunidade.

Eleonora Menicucci de Oliveira, socióloga, doutora em Ciências Sociais, ex-militante da POLOP (Política Operária), iniciou seu depoimento cumprimentando as organizadoras do seminário pela

coragem de trazer o tema da mulher para o resgate da história daquele período. Seu depoimento foi particularmente dramático no relato com respeito aos sofrimentos que lhe infringiram. Relatou os maus tratos sofridos por sua filha, com um pouco mais de um ano na época, sob seus olhos, nua e indefesa no chão gelado da câmara de tortura. M. de Eleonora disse que, no seu caso pessoal, o feminismo, ao qual se engajou, representou a possibilidade de lidar com a subjetividade “engessada” neste período de intensa luta política.

Os depoimentos foram contundentes em dois aspectos: ressaltaram como *a relação mãe-filho foi utilizada pela repressão na tortura à mulher* e como *o corpo feminino foi utilizado e vilipendiado*, sendo seu sofrimento objeto de um prazer sádico por parte dos agentes da repressão. Falavam do corpo da mulher em sua dimensão política e cultural, ou seja, de um corpo tratado a partir da concepção do que é ser mulher em nossa sociedade¹¹. É importante ressaltar o fato de que os responsáveis pela tortura sempre foram e continuam sendo, no Brasil, do sexo masculino.

A impunidade em questão: a atualidade dos direitos humanos

A transição brasileira para a democracia foi concebida pela cúpula militar dominante como um processo “lento, gradual parcial”. Por força do próprio aniquilamento dos resistentes guerrilheiro dos anos 1970 e da hegemonia militar foi possível aos militares que comandaram a “transição para a democracia” limpar seus arquivos e remanejar alguns dos mais notórios torturadores. No América Latina os militares e seus cúmplices se auto-anistiarão através de leis e decretos que coibiram qualquer punição às arbitrariedades cometidas. Ora, como salientam as

¹¹ Esses relatos estão registrados em vídeo no IFCH da UNICAMP.

normas contemporâneas do Direito Internacional, um dos primeiros compromissos dos governos democráticos, após sua posse, é a reparação dos atos delituosos das ditaduras militares. Mais ainda, considera-se que determinados tipos de crime, como a tortura, não são passíveis de anistia.

Foi somente a partir dos compromissos internacionais assumidos pelo país no plano dos direitos humanos que foram conquistadas as condições para o reconhecimento dos crimes praticados pelo Estado. A primeira lei federal reconhecendo a responsabilidade do Estado só foi decretada em 1995 e o Estado de S. Paulo esperou até 2001 para assumir a responsabilidade dos crimes pregressos. Que o Estado reconheça seus erros é algo novo no país. A impunidade e a violência fazem parte da história nacional e têm suas raízes no autoritarismo das classes dominantes e na subordinação dos aparelhos de Estado aos interesses dos ricos e poderosos. As denúncias dos movimentos de direitos humanos e de familiares dos presos políticos mortos e desaparecidos conquistaram direitos de reparação que, pouco a pouco, estão sendo ampliados para os demais setores da sociedade. É uma das dimensões mais importantes deste processo: a instauração de uma ótica jurídica que parte do direito da vítima e da necessária reparação.

Apurar os crimes; reparar as vítimas e punir os responsáveis constituem três momentos necessários para o estabelecimento da justiça e da verdade. No Brasil, a apuração dos fatos a apuração dos fatos sempre ficou por conta dos particulares, sendo que até hoje as Forças Armadas não abriram seus arquivos. Insistir no resgate da verdade e dizer não ao esquecimento é chamar a atenção para uma violência que impregna a sociedade e o Estado. Lembrar o passado é uma forma de buscar recursos para pensar o presente.

Bibliografia

ALVAREZ, S. E. *The Politics of Gender in Latin America: Comparative Perspectives on Women in the Brazilian Transition on Democracy*. New Jersey, Princeton University Press, 1990.

BEAUVOIR, Simon. *O Segundo Sexo* (2 volumes). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 2ª Edição, 1966.

BOURDIEU, Pierre. La dominantion masculine. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 84, p. 3-311, sept. 1990.

CHODOROW, Nancy. *The reproduction of mothering*. Berkeley. University of California Press, 1978.

BARROSO, Carmem (org.). *Mulher, Sociedade e Estado*. São Paulo: Cortez, 1983.

FLACKS, Richard, e WHALEN, Jack. *Beyond the barricades. The sixties generation grows up*. Temple University Press, Philadelphia, 1989.

FRANCHETO, Bruna e outros. Antropologia e Feminismo. in: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. n. 1 R. Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FREUD, Sigmund. *Obras Completas* (3 vol.). Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.

GOLDBERG, Anette. *Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percurso Intelectual de um Ideário Político*. In: BIB n. 28. Rio de Janeiro, 1989.

MITCHELL, Juliet. *L'Age de femme*. Paris: Editons des Femmes, 1974.

_____. *Psycoanalysis and Feminism*. Allen Lane and Pantheon Books, 1974.

MORAES, M. L. Quartim de. *Mulheres em Movimento*. São Paulo: Conselho da Condição Feminina, 1985.

_____. *A Experiência Feminista dos Anos Setenta*. S. Paulo: Textos UNESP, 1990.